INFORMATIVO 10/2017 19 de abril de 2017

ADUNIOESTE

SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE (Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 002/2017 ALTERA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS DOCENTES

Pela segunda vez a Adunioeste se reuniu com o Reitor prof. Paulo Sérgio Wolff, no dia 17 de abril. Em pauta estava a Instrução de Serviço nº 002/2017, que reorganiza a distribuição de aula na instituição a partir do corte de 1.820 h realizado pelo governo estadual. Na reunião anterior, dia 4 de abril, o reitor se comprometeu a repensar alguns itens da instrução de serviço e voltar a discutir com o sindicato. Em síntese clara o Reitor, na presença do Sindicato e dos Pró-Reitores, declarou que a Instrução de Serviço não será modificada. Contra esta posição o sindicato argumentou que:

- 1) Ela fere resoluções do COU que regulamentam a distribuição das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão desde o ano de 2000, como a Resolução 034/2000-COU.
- 2) Ela aumenta a carga horária de ensino na graduação uma vez que veta a contratação de docentes temporários para cobrir carga horária de docentes efetivos em cargos administrativos estatutários como, por exemplo, coordenação de curso, coordenação de núcleos de pesquisa, assessoria de centros.
- 3) A Instrução de Serviço contraria ainda decisão unânime do COU, em 23 de março, que orientou o Reitor a não adotar nenhuma das medidas do governo estadual que ferem os direitos dos servidores e o adequado funcionamento da instituição.

Ao Sindicato coube a defesa da universidade e de sua legislação, definida autônoma e democraticamente. O momento é grave para todas universidades estaduais. No caso da UNIOESTE, a Instrução de Serviço desrespeita as regras e práticas institucionais. É uma decisão de natureza monocrática, ao arrepio das regras institucionais, e que afronta o mais elementar princípio de uma gestão democrática: a decisão coletiva, nas instâncias colegiadas. Tal decisão fragiliza a instituição num dos momentos mais delicados de nossa história, quando um governo age de maneira determinada e explícita para retirar direitos (TIDE, Licenças, dificultar aposentadorias etc.), recorrendo aos mais variados recursos, inclusive uma proposta de uma CPI contra as universidades públicas!

A Adunioeste também questionou o reitor por que a reitoria não havia publicado na página da universidade a moção aprovada por unanimidade pelo Conselho Universitário, contrária à política de ajuste proposta pelo governo estadual. Questionou ainda qual foi a finalidade de a reitoria ter publicado e enviado para os e-mails institucionais de docentes uma carta do governador que propagandeia as ações do governo.

O reitor, não respondeu diretamente os questionamentos acima. Afirmou que prefere ser chamado de autoritário do que de omisso. Segundo ele a Instrução de Serviço resolve a necessidade de contratação de docentes para 2017. Era urgente a publicação do edital para contratação dos docentes temporários, e que tal edital prevê a realização do teste seletivo para todas as vagas solicitadas pelas direções de centro. Disse também que não há, por enquanto, carga horária autorizada que garanta a contratação de todos os aprovados. Afirmou ainda que irá à Curitiba na próxima semana tentar negociar a ampliação da carga horária de modo a resgatar a carga horária necessária à implantação dos cursos novos no campus de Francisco Beltrão, aproximadamente 1.000 horas. Quanto à manutenção do TIDE para os docentes temporários (os atuais e os novos contratados), e para os docentes efetivos afastados (licenças), o reitor afirmou que não efetuará nenhum corte. Se houver necessidade de alguma reformulação, o reitor afirmou que convocará reunião do Conselho Universitário para discutir a situação do TIDE (temporários e efetivos). Esta também é posição preocupante uma vez que, a respeito desses dois casos, entendemos que cabe a Administração Superior assegurar a manutenção dos direitos trabalhistas consagrados na legislação estadual e federal.

Por tudo isso, compreendemos que a manutenção da Instrução de Serviço nº 002/2017 representa a aceitação de parte das políticas de ajustes propostas pelo governo estadual na medida em que altera as condições de trabalho dos docentes e desconsidera decisão do Conselho Universitário. A Adunioeste realizará reuniões em todos os campi (culminando em assembleia geral) para discutir esta situação específica e demais medidas que o governo vem tentando implantar para restringir direitos e reduzir os investimentos nas universidades paranaenses. Em nossa avaliação, as universidades continuarão sendo o alvo preferencial dos ataques do governo estadual. É preciso definir ações de resistência. O futuro das universidades continua ameaçado pelo governo Beto Richa.